

- 1- [ATAS](#)
    - 1.1- [Reunião Ordinária de Debates](#)
    - 1.2- 8ª Reunião Especial Destinada a Homenagear a Polícia Militar
    - 1.3- [Reuniões de Comissões](#)
  - 2- [ORDENS DO DIA](#)
    - 2.1- [Plenário](#)
    - 2.2- [Comissões](#)
  - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
    - 3.1- Plenário
    - 3.2- [Comissão](#)
  - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
  - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
  - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 
- 

-----  
**ATAS**  
-----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA, EM 16 DE JUNHO DE 1995**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO** - Falta de "quorum".

**COMPARECIMENTO**

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Geraldo Santanna - João Leite  
- Marco Régis - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto.

Falta de "Quorum"

**O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila)** - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de "quorum" e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 19, às 20 horas.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE JUNHO DE 1995,  
DESTINADA A HOMENAGEAR A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO PELA PASSAGEM DO SEU 220º  
ANIVERSÁRIO**

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

**SUMÁRIO: ABERTURA** - **Ata** - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira - Execução do Hino da Inconfidência - Palavras do Coronel Néelson Fernando Cordeiro - Execução do Hino a Tiradentes - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmolo Aloise - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Elmo Braz - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio

Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Simão Pedro Toledo - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

**O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús)** - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Nomeação de Comissão

**O Sr. Presidente** - A Presidência nomeia os Deputados Sebastião Helvécio, Bonifácio Mourão e Glycon Terra Pinto para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades que se encontram no Salão Nobre.

#### Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - Convido a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça, representante do Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Cel. Néelson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Juiz Luiz Carlos Biasutti, Presidente do Tribunal de Alçada; Deputado José Ferraz, Secretário do Trabalho; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Ciência e Tecnologia; Deputado Bené Guedes, Secretário de Recursos Minerais; Cel. Jorge Faria Lima, representante da 4ª Divisão do Exército; Américo Caixeta, Procurador-Geral de Justiça, em exercício; Domingos Carneiro Costa, Delegado-Geral de Polícia, representante do Secretário da Segurança Pública, Dr. Santos Moreira; Juiz Federal Antônio Francisco Pereira, representante da Justiça Federal, seção de Minas Gerais.

#### Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião a prestar homenagem à Polícia Militar de Minas Gerais pela passagem dos seus 220 anos.

#### Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - Convido os presentes para ouvirem, de pé, a execução do Hino Nacional, pela Banda de Música do Batalhão de Polícia de Guardas.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

**O Deputado Sebastião Navarro Vieira** - Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça; representante do Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Cel. Néelson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da PMMG; Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Juiz Luiz Carlos Biasutti, Presidente do Tribunal de Alçada; Deputado José Ferraz, Secretário do Trabalho; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Ciência e Tecnologia; Deputado Bené Guedes, Secretário de Recursos Minerais; Cel. Jorge Faria Lima, representante da 4ª Divisão do Exército; Américo Caixeta, Procurador-Geral de Justiça, em exercício; Domingos Carneiro Costa, Delegado-Geral de Polícia, representante do Secretário da Segurança Pública, Dr. Santos Moreira: considero-me, com muita honra, um grande amigo da Polícia Militar. Essa amizade, solidificada com o passar dos tempos, nasceu na observação diária das ações que a nossa corporação de Tiradentes empreende pelos rincões de Minas Gerais. Esta é, senhores, a razão pela qual requeri a convocação desta reunião especial: prestar uma justa homenagem à corporação policial que mais ações apresenta em favor do cidadão deste Estado - a nossa eficiente Polícia Militar de Minas Gerais.

Vejo-me, nesta hora, com o pensamento voltado para o nosso poeta maior, Carlos Drummond de Andrade. É dele a afirmação de que Minas Gerais, "o Estado mais tipicamente conservador da União, abriga o espírito mais livre". Feliz coincidência, portanto, que a homenagem à corporação encarregada de garantir o respeito à liberdade individual e à coisa pública ocorra na mesma data em que, mundialmente, se comemora o Dia da Liberdade de Imprensa. Parlamento, imprensa e polícia, juntos, na defesa de ações que permitam, a cada dia e a cada hora, a consolidação dos ideais libertários dos mineiros. Somente as montanhas de Minas e os campos gerais de nosso Estado seriam capazes de produzir um povo que, por índole e vocação, tem pela liberdade o respeito próprio das coisas sagradas. O espírito livre dos mineiros entre os componentes da Polícia Militar, pelas ações de seus soldados e diretrizes de seus oficiais, transforma a PMMG na melhor corporação do País. A homenagem que hoje fazemos é a forma que o povo mineiro, através de seus representantes nesta Casa, encontrou para proclamar as ações libertárias da Polícia Militar. São libertárias porque conduzem ao bem-estar social, trazem para a sociedade o homem marginalizado, o cidadão excluído e o menor abandonado à própria sorte. São, portanto, senhores oficiais presentes, as ações de seus soldados, centradas no dia-a-dia da rotina dos quartéis e na labuta

diária junto à sociedade civil, que ensejaram a homenagem hoje prestada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Posso dizer, sem medo de cometer engano, que a construção do vertiginoso desenvolvimento de nosso Estado não só se confunde, em grande parte, com a história dessa corporação, como também tem nela uma eficiente e importante incentivadora. O incentivo da Polícia Militar é traduzido no papel primordial desempenhado pelo miliciano mineiro. Do soldado que carrega nos ombros o conceito da instituição, até a mais alta patente responsável pela definição das políticas institucionais da corporação, o cidadão mineiro habituou-se a ver no miliciano da nossa PM a imagem, o modelo, o protótipo do homem e da mulher da lei, da segurança, da amizade e da lealdade para com a comunidade. É, pois, na figura do soldado - aquela pessoa que faz da farda a vocação para o serviço desinteressado em prol do bem social - que se concentra o que de bom e de belo a corporação de Tiradentes oferece a Minas.

Permito-me, neste instante, mesmo que venha a quebrar as normas do cerimonial, manifestar o meu mais profundo reconhecimento à corporação, na pessoa de seu Comandante-Geral, Cel. Néelson Fernando Cordeiro. Saiba, Cel. Néelson Cordeiro, que esta Casa tem uma enorme simpatia para com a sua, que também é nossa, Polícia Militar. Transmita, pois, a cada miliciano de sua corporação, notadamente àqueles que, à custa de sacrifícios pessoais e, quem sabe, neste instante, estão a defender o nosso inalienável direito à vida, à segurança e à pacífica convivência em sociedade, o reconhecimento, a gratidão e o aplauso da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Por dever de justiça, centro minhas atenções na ação operacional dos milicianos mineiros. É de justiça, também, salientar que a ação operacional da Polícia Militar encontra respaldo junto à opinião pública, graças à missão empresarial, digamos assim, que a corporação vem adotando: oferecer à comunidade mineira serviços da mais alta qualidade. Tenho certeza de que meus colegas Deputados, notadamente aqueles que exerceram mandato de Prefeito, conhecem o Programa Social da Corporação. Centrado no caráter preventivo, nosso interior já se habituou a ver o papel do policial militar na execução de atividades nem sempre consideradas específicas de polícia. E os exemplos não param aqui. Ações são desenvolvidas, com êxito já comprovado, no campo social. É o caso do Programa de Iniciação ao Trabalho, que tem por objetivo retirar das ruas os adolescentes em situação de risco social, preparando-os para uma vida produtiva de trabalho. Nos quartéis da corporação, os alunos recebem assistência médica, alimentação, uniformes, aulas de relações humanas, interação de grupo, moral e civismo, noções de higiene e saúde e normas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao final de determinado período, o menor é encaminhado ao trabalho, devidamente remunerado.

Só esse trabalho de fôlego já bastava para demonstrar a preocupação da corporação com a prevenção do crime e do criminoso. Mas ela vai além. Executa na região metropolitana de Belo Horizonte um programa de recuperação de menores carentes, através de seu Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, destinado a atender crianças e adolescentes da periferia, os quais, após as aulas nas escolas públicas, recebem instruções de moral e civismo, boas maneiras, educação física e manuseio de cavalos. Na área central de Belo Horizonte, criou o Grupo Especializado de Atendimento à Criança e Adolescente de Rua, integrado por policiais militares, devidamente preparados e orientados por psicólogo, com a missão de desenvolver ações, em conjunto com órgãos e entidades, especialmente os conselhos tutelares, visando a prevenir ou impedir a prática de atos infracionais. Criou as patrulhas de Segurança Alimentar, cuja finalidade é preparar e servir sopa aos mendigos e andarilhos, mitigando-lhes a fome, todas as noites. Realiza ações cívico-sociais nas proximidades das vilas e favelas, com o empenho de seus médicos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, bombeiros, instrutores de educação física e banda de música, levando à população carente um pouco de assistência e lazer. Portanto, constituiu-se, em todos os sentidos, na primeira linha de defesa do cidadão. É graças à sua atuação que vivemos em Minas Gerais um quadro privilegiado em relação à segurança pública.

Atuando nos limites da lei, suas ações são sempre informadas pela consciência jurídica, com imparcialidade e transparência, respeito à dignidade e à integridade física das pessoas. Talvez por isso não se tenha notícias de aceitação de arbitrariedades, irregularidades ou infrações penais e administrativas de seus servidores. Há muito tempo, a corporação vem dando ênfase à interação comunitária, abrindo seus quartéis à visitação pública, aproximando-se das pessoas, dialogando e fornecendo subsídios à população, no sentido de incentivá-la a preservar a ordem pública.

Todos esses procedimentos têm humanizado a Polícia Militar dos mineiros, imprimindo-lhe sentidos múltiplos e dando-lhe abrangência, sem alarde, sem publicidade ou discursos ideológicos, sem propaganda ou cartazes de rua.

Não foi sem razão que o Presidente Tancredo Neves, em incontáveis oportunidades, assim se manifestava publicamente: "de todas as instituições de nosso Estado, é a

Polícia Militar a que melhor serve de símbolo à acentuada noção de Pátria que temos nós, os mineiros".

Resalte-se, ainda, que a Polícia Militar entrega à sociedade valorosos oficiais, que, cumprindo o período na milícia, dedicam à comunidade incontáveis benefícios. São professores, engenheiros, advogados e tantos outros que, na vida civil, passam a dar testemunho dos valores que lhes foram incutidos na vida militar.

Nesta hora e diante de nós, com muita honra, o Presidente Agostinho Patrús, Capitão-Médico, prestou inegáveis serviços à corporação e foi um dos grandes baluartes do Hospital Militar. Rendo minhas homenagens ao nosso dileto Presidente Agostinho Patrús. Em seu nome, homenageio todos os militares que, reformados, continuam a prestar relevantes serviços à causa pública.

Recebam, pois, Cel. Néelson Fernando Cordeiro e Presidente Agostinho Patrús, hoje capitão dos destinos desta Casa, o agradecimento e as homenagens do povo de Minas. Parabéns, Polícia Militar. Que estes 220 anos sejam a consolidação da amizade com o povo mineiro e o prenúncio de continuados e permanentes serviços em favor de nossa terra, de nossa cultura e de nossa gente.

#### Execução do Hino da Inconfidência

**O Sr. Presidente** - Ouviremos, agora, uma apresentação da Banda de Música do Batalhão da Polícia de Guardas, que executará o Hino da Inconfidência, sob a regência do 2º-Tenente Músico, Luiz Carlos Rosa.

- Procede-se à execução do Hino da Inconfidência.

#### Palavras do Cel. Néelson Fernando Cordeiro

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Cel. Néelson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

**O Cel. Néelson Fernando Cordeiro** - Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário de Estado de Justiça, representando o Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça; Juiz Luiz Carlos Biasutti, Presidente do Tribunal de Alçada; Deputado José Ferraz, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social; Deputado Mauro Lobo, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; Deputado Bené Guedes, Secretário de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos; Cel. Jorge Faria Lima, representante da 4ª Divisão do Exército; Américo Caixeta, Procurador-Geral de Justiça em exercício; Domingos Carneiro Costa, Delegado-Geral da Polícia, representando o Secretário de Segurança Pública, Dr. Santos Moreira; Juiz Federal Antônio Francisco Pereira, representando a Justiça Federal, Seção Minas Gerais; exmos. Srs. Deputados, Srs. Coronéis, Comandantes, Diretores, Oficiais da Polícia Militar da ativa e reformados, Oficiais das Forças Armadas, Praças da Polícia Militar, senhoras e senhores: minhas primeiras palavras são para manifestar o profundo agradecimento da Polícia Militar por esta expressiva homenagem que lhe é prestada pela augusta Assembléia Legislativa de nosso Estado. Muito honra à corporação de Tiradentes, de Guimarães Rosa e de Juscelino Kubitschek o gesto magnânimo do ilustre Deputado Sebastião Navarro em propor esta sessão de gala, para enaltecer a força pública dos mineiros através de seus legítimos representantes.

A generosidade das palavras do eloqüente tradutor desta homenagem - verdadeiramente um amigo da Polícia Militar - tocou-nos fundo a alma. Soube S. Exa., com a maestria que o caracteriza, interpretar, simultaneamente, os papéis relevantes das instituições Polícia Militar e Poder Legislativo.

Agradeço a V. Exa., Sr. Deputado Sebastião Navarro, particularmente pelas referências elogiosas feitas à atuação do comando da Polícia Militar, e, ainda, pelo dedicado apoio que, em toda a sua vida pública, sempre emprestou à corporação, sobretudo em sua progressista Poços de Caldas, demonstrando devotamento às causas sociais e extraordinário compromisso com a modernidade.

Entendo ser esta uma homenagem que transcende à comemoração do 220º aniversário da Polícia Militar, ao evidenciar a identidade finalística de duas instituições do Estado que, sem dúvida, se constituem em referencial de idealismo, proficiência e, sobretudo, espírito público.

Profundamente sensibilizado, devo salientar a simbiose que existe entre as funções sociais que desempenhamos, a forma como as nossas instituições se entrelaçam e se complementam e o excepcional relacionamento existente entre os seus integrantes.

Está evidente que todos nós cultuamos os mesmos valores no campo da defesa social, o que resulta no aprimoramento do exercício de nossas missões institucionais e serve para otimizar as iniciativas voltadas à celeridade e à eficiência no atendimento às aspirações da população e assegurar a credibilidade e a confiança de que desfrutamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, criada a 9 de junho de 1775, com a instalação de sua célula-máter, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, a Polícia Militar orgulha-se em poder comemorar mais um registro de sua existência, toda ela dedicada aos interesses maiores da sociedade mineira.

A corporação muito se envaidece com sua história e orgulha-se de sua participação

nos momentos políticos mais decisivos da construção da nacionalidade brasileira. Orgulha-se, sobremaneira, de sua faina diária junto às comunidades do Estado, seja no combate à criminalidade, seja nas ações de proteção e socorro que desempenha cotidianamente.

Hoje passam de 1.000 as comunidades mineiras que contam com a presença efetiva do nosso policial militar, com a sua dedicação e destemor no combate ao crime e ao criminoso, com o sentido de inibir a opressão dos justos e garantir a ordem pública. A grandeza e a pujança da Polícia Militar de hoje muito devem aos que nos antecederam, desde o alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier - o Tiradentes - cuja efígie, orgulhosamente, ostentamos em nossa farda. Figura ímpar da vida cívica nacional e patrono da corporação, reabilitado historicamente por Portugal, em solenidade realizada em Lisboa em 7 de setembro do ano passado, quando o Presidente daquele país irmão o proclamou "Herói que une os dois países na fraternidade de povos livres e conscientes de seus destinos comuns".

Contemporaneamente, a corporação se vê na contingência de as vezes extrapolar seu campo específico, para atuar supletivamente na prevenção da criminalidade, mediante o desenvolvimento de ações eminentemente sociais, investindo, por exemplo, na "assistência paramédica", através do emprego de ambulâncias, nas "patrulhas de segurança alimentar", que distribuem alimentação preparada a menores, mendigos e andarilhos, nas "ações cívico-sociais" em favelas, levando às pessoas carentes recursos, assistência e entretenimento; na "proteção especial às crianças e adolescentes" em situação de risco pessoal e social, encaminhando-os convenientemente através de providencial iniciação ao trabalho produtivo.

Nesse particular aspecto, cumpre aqui ressaltar o decisivo apoio que a Polícia Militar vem recebendo do Exmo. Sr. Governador Eduardo Azeredo, e a cooperação da indústria, do comércio, da classe empresarial, dos clubes, das associações e de todas as lideranças comunitárias, tanto da capital como do interior e, especialmente, da imprensa, sem o que o nosso trabalho não teria a necessária eficácia e abrangência. Por esse motivo, é realidade visível em nosso Estado o mandamento constitucional de que "segurança pública é direito e responsabilidade de todos"!

Senhores, esta auspiciosa passagem, hoje, pelo Legislativo Estadual - compartilhando este nosso contentamento e comungando as idéias cingidas pelo mais autêntico espírito de mineiridade, propicia a todos nós inestimável aprendizado, revigorando as nossas energias para levarmos avante o ideal da Polícia Militar de ser, cada vez mais, uma corporação prestante e inteiramente devotada aos interesses da nobre comunidade do nosso Estado.

O momento é extremamente próprio, pois, para expressarmos nosso reconhecimento aos nobres Deputados mineiros, a quem admiramos pela independência e a quem respeitamos pela transparência e imparcialidade.

Entendemos que toda solicitação de V. Exas. merece tratamento especial, pois configuram o corolário das aspirações populares. Esse envolvimento é salutar, porquanto ninguém pode desconhecer que, hoje, a sociedade está mais politizada, o mesmo ocorrendo em relação à Polícia Militar e a cada um de seus integrantes.

Ao agradecer esta manifestação de apreço, aproveito para dizer, de coração, que ela serve, também, para rememorar o passado de luta da Polícia Militar, sobretudo para se evitarem abalos irreversíveis em sua perenidade institucional. Por isso, a oportunidade sugere que postulemos a reflexão de todos os parlamentares sobre a utilidade social desta corporação, considerando, especialmente, as alterações que se busca processar na legislação constitucional e infraconstitucional alusivas à segurança pública, aos servidores públicos militares e à Previdência Social.

Estou certo de que a clarividência, o bom-senso e a prudência do Legislativo Estadual se farão presentes, uma vez mais, quando necessário, para impedir que decisões precipitadas ou perigosas generalizações acabem por prejudicar a sociedade, que merece todo o nosso empenho e toda a nossa responsabilidade.

De braços dados com esta augusta Assembléia Legislativa, a Polícia Militar haverá, sempre, de cumprir o seu papel social, respaldando os anseios dos mineiros quanto à sua segurança.

Sintetizando, este momento exige de todos nós o compromisso inarredável com a perenidade de nossas instituições e com a intransigente defesa dos valores que fazem a grandeza do povo de Minas Gerais. Muito obrigado!

Execução do Hino a Tiradentes

**O Sr. Presidente** - Convido os presentes a ouvir, neste momento, mais uma apresentação da Banda Sinfônica da Polícia Militar, que executará o Hino a Tiradentes, sob a regência do 2º-Tenente Músico, Luiz Carlos Rosa.

- Ouve-se o hino.

Entrega de Placa

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem a honra de proceder à entrega ao Cel. Nelson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "À Polícia Militar do

Estado de Minas Gerais, o reconhecimento da comunidade mineira, através da Assembléia Legislativa, pelos 220 anos de relevantes serviços prestados à sociedade".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

A segurança sempre foi um componente importante no conjunto de fatores que determinam a qualidade de vida de um cidadão. Ao lado de itens básicos como saúde, moradia, educação e lazer, ela é imprescindível como bem coletivo. E tanto mais necessário tem sido esse requisito de bem-estar social quanto maiores os efeitos colaterais do processo de desenvolvimento experimentado pelo País.

Ao lado de benefícios inquestionáveis, o modelo brasileiro de crescimento econômico, no qual se podem destacar a industrialização centrada nos núcleos urbanos e a distribuição desigual da renda, gerou subprodutos indesejáveis, como a migração populacional do campo para a cidade e o aumento dos bolsões de pobreza. Na esteira desse modelo, fatores políticos, sociais e econômicos contribuíram para que a violência e a intranquilidade fossem incorporadas às preocupações cotidianas da sociedade brasileira.

Nesse contexto, ganhou dimensão especial, entre os serviços prestados pelo Estado, a garantia ao cidadão de sentir-se seguro e protegido. Não há quem resista psicologicamente, sem prejuízo do equilíbrio emocional e da formação da personalidade, a um clima permanente de tensão e de medo, a um angustiante e forçoso exercício de vigilância.

Felizmente, para nós, mineiros, os níveis de violência e de criminalidade têm sido aqui mantidos sob controle, principalmente em relação a outros Estados.

Rica em recursos naturais e em valores humanos, Minas sempre foi uma referência para as demais unidades da Federação por sua capacidade de conciliar o desenvolvimento com as tradições, os valores éticos e a qualidade de vida. Segunda economia do País, celeiro de homens públicos que se destacam no campo das articulações políticas, nosso Estado ganhou, ao longo de sua história, o reconhecimento como sinônimo de bom-senso, de equilíbrio, de síntese da Nação brasileira.

Nos últimos anos, conquistamos a admiração dos compatriotas por mais um atributo: o da segurança e da paz social. Isso aconteceu graças, em grande parte, à eficiente atuação da Polícia Militar de Minas Gerais. Não é à toa que a corporação tem sido considerada como uma das mais competentes entre as polícias do País, e que Minas é apontada como um lugar seguro para se viver.

Quando, recentemente, análises comparativas da UNESCO indicaram Belo Horizonte como a cidade brasileira com a melhor qualidade de vida, ali estava presente um item fundamental: segurança. Se na Capital mineira, potencialmente mais susceptível a tensões e perturbações, esse indicador social tem avaliação positiva, é fácil inferir que o mesmo ocorre no interior do Estado, em condições ainda mais favoráveis.

Não se pode negar que aqui também se registram índices preocupantes de violência e criminalidade. Afinal, não somos uma ilha num quadro conjuntural adverso. Os conflitos e as desavenças, diga-se de passagem, continuarão a existir em todo lugar, pois são próprios da natureza humana.

A diferença a ressaltar é que, consciente de seus desafios, a PM mineira vem buscando um constante aperfeiçoamento de suas funções, em sintonia com a realidade social e com as demandas da população. Nesse sentido, orientada pelo princípio de estar sempre a serviço da comunidade, ela vem aprimorando permanentemente a capacitação profissional de seus agentes e modernizando cada vez mais sua estrutura operacional, com vistas a maior eficiência. Saliente-se que esse trabalho de garantia da ordem e da tranquilidade, através do policiamento ostensivo e de ações firmes de combate à criminalidade, é sempre pautado pelo cumprimento da lei, respeitando-se os direitos civis e os demais preceitos constitucionais.

A PM de Minas, contudo, não se limita a essas funções precípuas. Avançando em sua filosofia de servir à coletividade, ela incorporou ações preventivas, orientando a população sobre procedimentos práticos para zelar pela própria segurança. Avançou também no campo social, acrescentando a suas tarefas de rotina programas educativos e assistenciais, destinados a crianças e adolescentes de rua e às comunidades carentes das periferias dos centros urbanos.

Ao homenagearmos hoje a Polícia Militar de Minas Gerais, estamos fazendo justiça a uma instituição que há 220 anos vem prestando serviços ao Estado, constituindo uma de nossas mais caras tradições. Acumulando experiências, acompanhando passo a passo nossa história, a PM tornou-se indispensável à vida dos mineiros.

Formadora de profissionais voltados para o bem comum, a corporação revelou ao Estado e ao País dezenas de homens públicos e personagens ilustres. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, patrono da instituição e das causas libertárias que marcaram profundamente a cultura mineira, foi o primeiro. Entre muitos outros, destacam-se o Oficial-Médico Juscelino Kubitschek de Oliveira, que se tornaria Governador do Estado e Presidente da República; o Capitão-Médico João Guimarães Rosa, um dos maiores nomes da literatura brasileira contemporânea; o Coronel honorário Assis Chateaubriand,

fundador dos "Diários Associados", grupo que deu dimensão de modernidade à imprensa brasileira.

A esses grandes personagens juntam-se hoje o comando da PMMG, seu corpo de oficiais e todo o contingente de quase 40 mil homens e mulheres, espalhados por todo o Estado, na tarefa de dar continuidade à missão para a qual a instituição foi criada: garantir aos mineiros a segurança, a ordem, a paz, requisitos fundamentais para que uma sociedade se desenvolva em equilíbrio e harmonia.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Cumprido o objetivo da reunião, esta Presidência agradece a presença do Cel. Néelson Fernando Cordeiro, das autoridades e dos demais convidados, e a encerra, convocando os Deputados para a reunião ordinária deliberativa de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

---

#### **ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 13ª LEGISLATURA**

Às treze horas e quinze minutos do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem no auditório do Colégio Nazareth, em Araçuaí, os Deputados José Bonifácio, Romeu Queiroz, Péricles Ferreira, Maria José Haueisen, Carlos Murta, Geraldo Rezende e Raul Lima Neto. O Deputado José Bonifácio, Coordenador, declara aberto o Módulo I desta audiência pública e convida para comporem a Mesa o Deputado José Ferraz, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social; o Deputado Romeu Queiroz, Líder do Governo; o Deputado Péricles Ferreira, Líder da Maioria; o Sr. Manuel Messias Marques Dias, Prefeito Municipal de Araçuaí; o Vereador Valdim Almeida Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí; o Sr. Edson Soares, representante do Sr. Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo; o Sr. Luís Carlos Gonçalves Elói, Assessor para Assuntos Legislativos da Presidência do Tribunal de Justiça, e o Prof. Plínio Salgado, Assessor da Presidência do Tribunal de Contas. Registra a presença da Sra. Maria Inês, Superintendente da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, do Sr. Isalino Pereira de Abreu, Gerente do Sub-Distrito da TELEMIG no vale do Jequitinhonha, da Sra. Betânia Maria Gonzaga Jayme, Assessora do Secretário de Estado da Saúde, da Sra. Maria Lecy S. Almeida, Diretora do Centro de Planejamento de Programas Multissetoriais da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e do Sr. Dario de Souza Lima Júnior, 1º-Tenente da Polícia Militar, representando o 19º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Teófilo Otôni. Registra também a presença dos representantes de 46 dos 53 municípios que compõem a macrorregião do Jequitinhonha - Mucuri: na microrregião de Almenara - Almenara, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Palmópolis, Rubim, Salto da Divisa e Santo Antônio do Jacinto; na microrregião de Araçuaí - Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso e Virgem da Lapa; na microrregião de Capelinha - Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba e Minas Novas; na microrregião de Nanuque - Bertópolis, Carlos Chagas, Maxacalis, Nanuque, Serra dos Aimorés e Umburatiba; na microrregião de Pedra Azul - Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina e Pedra Azul; e na microrregião de Teófilo Otôni - Ataléia, Catuji, Frei Gaspar, Itaipé, Malacacheta, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté e Teófilo Otôni. O Coordenador, Deputado José Bonifácio, faz pequena introdução citando o resultado das audiências públicas e presta esclarecimentos a respeito da dinâmica dos trabalhos. Em seguida, o Coordenador passa a palavra ao Sr. Luís Carlos Elói e ao Prof. Plínio Salgado, respectivamente, representantes do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, que fazem, cada um por sua vez, exposições a respeito do papel que esses órgãos exercerão no processo das audiências públicas. Encerradas as explanações, o Deputado José Bonifácio agradece a participação dos expositores e passa à fase de justificação oral das propostas dos municípios. Nesta fase, usam da palavra os Srs. Adalberto Amorim e Ricardo Peres Damicheli, de Almenara; os Srs. Eustáquio Azevedo Rocha e José Otôni Alves Campos, de Araçuaí; o Sr. José Walter Sampaio, de Ataléia; os Srs. Anísio Ferreira de Souza e Lady Maria Silva Oliveira, de Berilo; o Sr. Marcolino Alves Jardim, de Bertópolis; o Sr. Jaime Ferreira Costa, de Cachoeira do Pajeú; os Srs. Pedro Vieira da Silva e Valmir Sebastião Neves, de Capelinha; o Sr. José Maria Ribeiro, de Carai; o Sr. José Coelho Júnior, de Carbonita; os Srs. Celso Miranda e Flávio Von Glehn Nobre, de Carlos Chagas; o Sr. Jânio Oliveira de Santana, de Catuji; os Srs. Ricardo Almeida Viana e Anízio Reis Lemos Soares, de Chapada do Norte; os Srs. Wagner Trindade de Oliveira e Nilton Batista de Araújo, de Comercinho; os Srs. Ermezino Francisco Nascimento e Ademir Ribeiro da Silva, de Divisópolis; os Srs. José Epitácio Souza Franca e Juscélio Moreira Costa, de Felisburgo; os Srs. Edson Honorato Figueiró e Padre Lino Zani, de Francisco Badaró; o Sr. Gilson Novaes Lemos, de Frei

Gaspar; a Sra. Marilene Farias de Souza, de Jacinto; os Srs. Antônio Rassing da Cunha Peixoto e Sebastião Nunes dos Santos, de Jequitinhonha; o Sr. Bernardino Guimarães Sobrinho, de Joáima; os Srs. Marcos Miguel da Silva e José Dias Pinheiro, de Itaipé; o Sr. Afonso Arinos Campos Gandra, de Itamarandiba; os Srs. Assir Cleibe Guimarães e Marilda Rodrigues Guedes, de Itaobim; os Srs. Idalino José Vital e Argileu Martins, de Itinga; os Srs. Epaminondas José de Lima e Edílson José Alves da Rocha, de Maxacalis; os Srs. Donizete Gomes de Almeida e Gilson Soares Raslan, de Malacacheta; os Srs. Alvimar Alves Moreira e Ranulfo Alves Martins, de Mata Verde; os Srs. Walter Tanure Filho e Evina Teixeira da Cruz, de Medina; os Srs. Geraldo Coelho de Jesus e Carlos Adão Evangelista, de Minas Novas; os Srs. Roque Antônio Soares e Solon Ferreira Rocha Filho, de Nanuque; os Srs. Pio Santana Guedes e Olintho Rodrigues Sobrinho, de Novo Cruzeiro; os Srs. Rossini Ferreira Sena e João Gibran, de Ouro Verde de Minas; os Srs. Saulo Aparecido Pinto e José Gomes Lopes, de Padre Paraíso; os Srs. Aílton Meirelles e Zelita dos Santos, de Palmópolis; o Sr. Geraldo Lima, de Pavão; o Sr. Eduardo Tomich, de Pedra Azul; os Srs. Antônio Pio Saldanha e Sandro Gomes de Melo, de Poté; o Sr. Inamar de Oliveira, de Rubim; o Sr. José Eduardo Peixoto, de Salto da Divisa; os Srs. Miron José de Souza e Nilza Rocha Vieira, de Santo Antônio do Jacinto; o Sr. Marcelo Cardoso, de Serra dos Aimorés; os Srs. Nodje Walter Diamantino e Jacira Moura Sander, de Teófilo Otôni; o Sr. Jason José de Lima, de Umburatiba; e os Srs. José Maria Barbosa de Jesus e Aldo de Souza Teixeira, de Virgem da Lapa. Usam também da palavra a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Péricles Ferreira, Carlos Murta e Geraldo Rezende. Durante a fase de defesa das propostas, o Coordenador registra a presença dos Srs. Marco Antônio Abreu Rocha e Júnia Santa Rosa, representantes da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Cumprida a finalidade do Módulo I desta audiência pública, o Coordenador agradece a presença do Sr. Manuel Messias Marques Dias, Prefeito Municipal de Araçuaí, e do Vereador Valdim Almeida Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, renova os agradecimentos aos expositores, agradece a presença dos Deputados, das autoridades e do público em geral, convida a todos para participarem do Módulo II, que se inicia às 9 horas de sexta-feira, dia 12 do corrente, e encerra os trabalhos. Às 9h15min do dia 12/5/95, o coordenador, Deputado José Bonifácio, declara abertos os trabalhos do Módulo II desta audiência pública e esclarece que a finalidade deste Módulo é a eleição das 10 propostas mais significativas para a região, com a entrega do formulário próprio preenchido até às 11h30min. Esclarece também que a inscrição de candidaturas para disputar uma vaga na Comissão Regional de Representação poderá ser feita até às 11h30min. Em seguida, o Coordenador deixa os participantes à vontade para que possam discutir entre si suas propostas e colher subsídios para a escolha das 10 propostas prioritárias. Nesta oportunidade, são apresentadas duas propostas visando à melhoria da dinâmica das audiências públicas: a Deputada Maria José Haueisen propõe que seja definido pelo Governo o percentual orçamentário para cada região do Estado, o que facilitaria o planejamento e a indicação de propostas nas audiências; o representante do Município de Teófilo Otôni sugere que sejam realizadas separadamente audiências públicas regionais no vale do Jequitinhonha e no vale do Mucuri. Durante a realização deste Módulo, são apresentadas as propostas escolhidas pelos Presidentes das quatro associações microrregionais que abrangem os municípios participantes deste evento. As propostas indicadas são: pela Associação Microrregional dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJE -, o asfaltamento da BR-367 até Salto da Divisa; pela Associação Microrregional dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -, a inclusão no orçamento estadual de valor destinado à construção de 2.000 moradias para pessoas de baixa renda, distribuídas pelos municípios de forma proporcional à sua população e às suas necessidades; pela Associação Microrregional dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE -, a criação, em Araçuaí, de unidade da UEMG, com cursos que atendam às necessidades da região; e pela Associação Microrregional dos Municípios do Vale do Mucuri - AMUC -, a instalação da Universidade Regional (UEMG), com a incorporação da Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD - e a implantação de uma escola pública de agropecuária. O Coordenador esclarece que essas propostas serão encaminhadas em lista à parte ao Poder Executivo, não sendo necessária a sua ordenação. Às 11h30min, o Coordenador registra o encerramento do prazo para a entrega do formulário preenchido com a indicação das 10 propostas que cada representante julgar mais significativa para a região, assim como o encerramento do prazo para a inscrição de candidatos para concorrerem a uma vaga na Comissão Regional de Representação. Cumprida a finalidade deste Módulo II, o Coordenador agradece a presença de todos, convida-os para a Plenária Final, que terá início às 13 horas, e encerra os trabalhos. Às 13h15min do dia 12/5/95, o Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do Módulo III da audiência pública. O Presidente convida para comporem a Mesa o Sr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado e Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, representando o Governador Eduardo Azeredo; o Desembargador Monteiro de Barros,

Presidente do Tribunal de Justiça; o Deputado José Ferraz, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social; o Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Secretário da Assembléia Legislativa; o Deputado Romeu Queiroz, Líder do Governo na Assembléia Legislativa; o Deputado Péricles Ferreira, Líder da Maioria na Assembléia Legislativa; o Deputado José Bonifácio, Coordenador Político da audiência pública da região Jequitinhonha - Mucuri; o Prof. Plínio Salgado, representante do Tribunal de Contas; o Sr. Manoel Messias Marques Dias, Prefeito Municipal de Araçuaí, o Vereador Valdim Almeida Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, e o Sr. Oswaldo Oliveira Araújo Firmo, Juiz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca de Araçuaí. A Presidência registra a presença dos Deputados Wanderley Ávila, Maria José Haueisen, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Geraldo Rezende e Raul Lima Neto, do Sr. Edson Soares, representante do Sr. Ademir Lucas, Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, e da Irmã Maria Zélia, Diretora do Colégio Nazareth. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado José Bonifácio, Coordenador dos trabalhos. O Coordenador divulga o resultado da eleição das 10 propostas prioritárias: Propostas nºs 18, 23, 24, 30, 32, 46, 67, 102, 184 e 196. Em seguida, abre as inscrições para a defesa oral dessas propostas. Usam a palavra o Sr. Pio Guedes, de Novo Cruzeiro, para a defesa da Proposta nº 18; o Sr. Jason José de Lima, de Umburatiba, para defender a Proposta nº 23; o Sr. João Gilvan de Andrade, de Ouro Verde de Minas, para a defesa da Proposta nº 24; o Sr. Pedro Vieira, de Capelinha, para defender a Proposta nº 30; o Sr. Wanderley Damasceno Dutra, de Rubim, para a defesa da Proposta nº 32; o Sr. Marcolino Alves Jardim, de Bertópolis, para defender a Proposta nº 46; o Sr. Argileu Martins, de Itinga, para a defesa da Proposta nº 67; o Sr. Edson Figueiró, de Francisco Badaró, para defender a Proposta nº 102; o Sr. João Márcio da Silva, de Pedra Azul, para a defesa da Proposta nº 184, e o Sr. José Coelho Júnior, de Carbonita, para defender a Proposta nº 196. Concluída a defesa das propostas, passa-se à fase de votação. Feita a apuração, o Coordenador divulga o resultado final: em 1º lugar, com 128 votos, a Proposta nº 67, do Município de Itinga, que solicita a implantação de um programa regional de fruticultura, associado à agroindústria; em 2º lugar, com 126 votos, a Proposta nº 184, do Município de Joaíma, que solicita a construção de pequenas barragens para perenização de rios, córregos e riachos; em 3º lugar, com 108 votos, a Proposta nº 102, do Município de Francisco Badaró, que solicita a construção de 6.378 casas populares para pessoas carentes das zonas rurais e urbanas do vale do Jequitinhonha; em 4º lugar, com 101 votos, a Proposta nº 32, do Município de Rubim, que solicita o asfaltamento das estradas estaduais do vale do Jequitinhonha e a estadualização, com execução de obras de arte e encascalhamento, das vicinais que interligam as sedes municipais; em 5º lugar, com 84 votos, a Proposta nº 196, do Município de Itamarandiba, que solicita a canalização de córregos nas cidades em que o esgoto corre a céu aberto; em 6º lugar, com 82 votos, a Proposta nº 30, do Município de Capelinha, que solicita o asfaltamento dos trechos Itamarandiba - BR-116 (passando por Capelinha, Novo Cruzeiro e Itaipé) e Minas Novas - Virgem da Lapa; em 7º lugar, com 74 votos, a Proposta nº 46, do Município de Maxacalis, que solicita o asfaltamento da MG-105, no trecho de Teófilo Otôni a Águas Formosas, e no prolongamento até a divisa da Bahia, no Município de Bertópolis; em 8º lugar, com 65 votos, a Proposta nº 18, do Município de Chapada do Norte, que solicita o asfaltamento dos trechos de Virgem da Lapa a Minas Novas, Araçuaí a Salinas, Rodovia Rio-Bahia a Novo Cruzeiro e Rodovia Rio-Bahia a Comercinho; em 9º lugar, com 43 votos, a Proposta nº 24, do Município de Ouro Verde de Minas, que solicita a reabertura e o asfaltamento da estrada que liga Ataléia, Ouro Verde de Minas, Frei Gaspar e Teófilo Otôni; e em 10º lugar, com 39 votos, a Proposta nº 23, do Município de Nanuque, que solicita o asfaltamento do trecho Nanuque -Águas Formosas, via Vila Gabriel Passos. Encerrado o processo de votação, o Coordenador passa a direção dos trabalhos ao Presidente, Deputado Agostinho Patrús. Com a palavra, fazem seus pronunciamentos o Sr. Walfrido dos Mares Guia, o Desembargador Monteiro de Barros, o Deputado Romeu Queiroz e o Deputado José Ferraz. O Presidente anuncia o resultado da eleição para a Comissão Regional de Representação: das 33 candidaturas apresentadas, ficaram eleitos os Srs. Edson Honorato Figueiró, de Francisco Badaró; Jacira de Moura Sander, de Teófilo Otôni; José Felipe Mota Coelho, de Minas Novas; José Hertz Cardoso, de Jequitinhonha, e Solano de Barros, de Itinga. A Presidência cumprimenta os eleitos e solicita que estes subam ao palco para serem conhecidos pelos demais participantes. O Presidente passa a palavra ao Sr. Manuel Messias Marques Dias, Prefeito Municipal de Araçuaí, e ao Sr. Valdim Almeida Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, que fazem suas considerações. A Presidência informa aos Prefeitos que integram as Associações Microrregionais do Médio e do Baixo Jequitinhonha que, após o encerramento da audiência pública, será assinado, neste local, o convênio com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC -, que está representada pelo seu Secretário Executivo, Cel. Márcio José de Almeida. O Presidente faz seu pronunciamento final, manifestando sua alegria pelo excelente trabalho desenvolvido, agradece a acolhida que foi dispensada a todos os participantes da

audiência pelas autoridades e pelo povo de Araçuaí, manifestando seu especial reconhecimento ao Prefeito Municipal, Sr. Manuel Messias Marques Dias, ao Presidente da Câmara, Vereador Valdim Almeida Santos, e às irmãs franciscanas, na pessoa da Irmã Maria Zélia, que tão gentilmente cederam o auditório do Colégio Nazareth para a realização do evento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência dá a audiência pública da região do Jequitinhonha - Mucuri por encerrada.

Sala das Audiências Públicas, 12 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Romeu Queiroz - Rêmoló Aloise - Péricles Ferreira - Wanderley Ávila - Maria José Haueisen - José Bonifácio - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Geraldo Rezende - Raul Lima Neto.

---

---

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Carlos Pimenta e Dimas Rodrigues (substituindo este ao Deputado Gil Pereira, por indicação da Liderança do Bloco de Mobilização Social Progressista), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. O Presidente leva ao conhecimento dos Deputados que a Comissão recebeu avulso do Projeto de Lei nº 234/95, que estabelece as diretrizes para os orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 1996, e a seguir informa que foi encaminhado à Comissão ofício do Sr. Ronaldo Augusto, Diretor da Motorauto S.A., em que são prestados esclarecimentos acerca das atividades dessa empresa, bem como da administração e da fiscalização dos consórcios por ela constituídos. Prosseguindo, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 42/95 ao Deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Dinis Pinheiro procede à leitura do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 21/95, concluindo pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Carlos Pimenta procede à leitura do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 42/95, por meio do qual conclui pela aprovação do projeto. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Na seqüência dos trabalhos, o Presidente coloca em votação, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, o Requerimento nº 384/95, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Marcos Helênio, Presidente - Dinis Pinheiro - Jorge Eduardo de Oliveira.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Bilac Pinto e Anivaldo Coelho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Anivaldo Coelho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência esclarece ter a reunião a finalidade de apreciar a pauta. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Presidente procede à leitura de requerimento do Deputado Irani Barbosa, em que solicita sejam convocados os Srs. Carlos Eloy Carvalho Guimarães, Presidente da CEMIG, e Ruy José Vianna Lage, Presidente da COPASA, para, pessoalmente ou por intermédio de seus representantes, prestarem a esta Comissão esclarecimentos sobre o andamento das obras da Hidrelétrica de Miranda. Em seguida, submete a votação a proposição, que é aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Anivaldo Coelho, Presidente - Paulo Piau - Ivair Nogueira.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Às dez horas do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Jairo Ataíde e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente passa a ler os ofícios enviados à Comissão: ofício da Comissão de Servidores do Município de Patrocínio, pleiteando a ampliação do Decreto nº 36.737, de 31/3/95; Ofícios nºs: 222/95, encaminhado pelo Diretor Regional de Saúde de Patos de Minas, solicitando intercessão na revisão do Decreto nº 36.796; 040/95, enviado pela Associação dos Vereadores e Câmaras Municipais da Microrregião do Circuito das Águas, solicitando cópia da moção de apoio ao asfaltamento da rodovia que liga o Município de São Tomé das Letras ao de Três Corações; 192/95, do Presidente da Câmara Municipal de Porciúncula, encaminhando cópia da indicação de autoria do Vereador Celso Clemente de Sá. Encerrada a 1ª parte dos trabalhos, passa-se à 2ª parte da Ordem do Dia. Na 1ª fase, o Deputado Bonifácio Mourão apresenta requerimento, em que solicita seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Presidentes do Tribunal de Justiça e da OAB-Seção Minas Gerais, solicitando sejam prestadas informações, com a maior brevidade possível, sobre o número de atos remunerados praticados nos últimos três anos pelos cartórios extrajudiciais dos Municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, Contagem, Governador Valadares, Montes Claros, Sete Lagoas, Divinópolis, Teófilo Ottoni, Pouso Alegre, Varginha, Poços de Caldas, Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Patos de Minas, Lavras, Ipatinga, Betim e Araguari. O requerimento é aprovado por unanimidade. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente passa a palavra ao Deputado Bonifácio Mourão, relator, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/95, da Deputada Maria José Haueisen. O relator apresenta parecer mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Discutido e votado, é aprovado o parecer. Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão, relatora, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 63/95, do Deputado Ibrahim Jacob. Por meio de seu parecer, a relatora conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Discutido e votado, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Ajalmar Silva, Presidente - Bilac Pinto - Arnaldo Penna - José Braga.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

Às dez horas do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Wilson Trópia e Ronaldo Vasconcellos, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Deputado Ivo José declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Wilson Trópia que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, passa a palavra ao Deputado Ronaldo Vasconcellos para que faça a leitura do Ofício nº 85/95, da Câmara Municipal de Araçuaí. O Presidente, Deputado Ivo José, designa o Deputado Ronaldo Vasconcellos como relator da correspondência que encaminha relatório de vistoria técnica realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Ipatinga sobre o acidente ecológico que provocou a morte de uma centena de peixes nas águas dos rios Doce e Piracicaba. Encerrada a 1ª parte da reunião, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Ronaldo Vasconcellos apresenta requerimento no qual solicita seja convidado o Sr. Wilfred Brandt, Diretor-Superintendente da Brant Meio Ambiente, que irá apresentar palestra sobre o conteúdo e a idéia básica do mapeamento de biótipos. Colocado em discussão e votação, é o requerimento aprovado por unanimidade. Em seguida, cada um por sua vez, os Deputados tecem considerações sobre o Dia Mundial sem Tabaco. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Ivo José, Presidente - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Roberto - Geraldo Nascimento.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Geraldo Rezende, Romeu Queiroz e Clêuber Carneiro, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a apreciar, em 2º turno, o Projeto de

Lei Complementar nº 1/95, de autoria do Deputado Anderson Adauto, que acrescenta inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95. Em seguida, solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Com a palavra, o relator, Deputado Clêuber Carneiro, profere parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno e com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Glycon Terra Pinto - Ronaldo Vasconcellos - Clêuber Carneiro - Marcos Helênio.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Às dez horas e quinze minutos do dia seis de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro e Arnaldo Penna, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Simão Pedro Toledo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa que os Projetos de Lei nºs 140, 157, 173, 186, 208 e 211/95 foram convertidos em diligência, a requerimento dos relatores, o que foi deferido pelo Presidente. Em seguida, passa-se à apreciação da matéria constante na pauta, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 43/95 ao Deputado Arnaldo Penna, que emite parecer mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Neste momento, comparece à reunião o Deputado Leonídio Bouças. Com a palavra, o Deputado Simão Pedro Toledo, relator do Projeto de Lei nº 79/95, requer prazo regimental para a emissão de seu parecer, o que é deferido pelo Presidente. O Deputado Leonídio Bouças, relator do Projeto de Lei nº 129/95, também requer prazo regimental para a emissão de seu parecer, o que é deferido pelo Presidente. Ainda com a palavra, o Deputado Leonídio Bouças emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 175/95, por meio do qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado Antônio Genaro, relator do Projeto de Lei nº 191/95, emite parecer mediante o qual conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Nos termos do art. 189 do Regimento Interno, é o Projeto de Lei nº 191/95 encaminhado à Mesa da Assembléia para inclusão em ordem do dia. Com a palavra, o Deputado Simão Pedro Toledo, relator do Projeto de Lei nº 220/95, emite parecer por meio do qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Neste momento, comparece à reunião o Deputado Anivaldo Coelho, em substituição ao Deputado Geraldo Nascimento, por indicação da Liderança do PT. Em seguida, passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator do Projeto de Lei nº 187/95, emite parecer mediante o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Leonídio Bouças, relator dos Projetos de Lei nºs 228, 229, 232, 236, 242 e 243/95, emite pareceres mediante os quais conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade das proposições; quanto ao Projeto de Lei nº 228/95, com a Emenda nº 1, que apresenta. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, solicita seja lavrada a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Arnaldo Penna - Simão Pedro Toledo - Anivaldo Coelho.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Às dez horas e cinco minutos do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Olívia, Bonifácio Mourão e Arnaldo Canarinho, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Bonifácio Mourão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Presidência distribui ao Deputado Bonifácio Mourão os Projetos de Lei nºs 1.644/93 e 23/95 e o Projeto de Resolução nº 190/95 e ao Deputado Arnaldo Canarinho, os Projetos de Lei nºs 24, 37 e 51/95. Passa-se, a seguir, à fase de apreciação de proposições sujeitas

à deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. O Deputado Bonifácio Mourão emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação das matérias. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 1.644/93 e 23/95 e do Projeto de Resolução n° 190/95. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Canarinho emite pareceres em que conclui pela aprovação dos Projetos de Lei n°s 24 e 51/95. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres. Em seguida, são apreciadas as proposições de deliberação conclusiva das comissões. O Deputado Arnaldo Canarinho emite parecer em que conclui pela aprovação do Projeto de Lei n° 37/95. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros - Marcelo Gonçalves.

---

## ORDENS DO DIA

---

### **ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 20/6/95**

#### 1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei n° 45/95, da Deputada Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a política estadual de apoio às pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei n° 73/95, do Deputado Jorge Hannas, que isenta do ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento n° 171/95, do Deputado Geraldo Nascimento, solicitando ao Governador do Estado informações sobre a dívida do Estado com a construtora Mendes Júnior, bem como sobre a dívida da referida construtora com o Estado. A Mesa da Assembléia opina pela sua aprovação.

Requerimento n° 254/95, do Deputado Gilmar Machado, solicitando ao Secretário da Segurança Pública um quadro estatístico dos acidentes ocorridos nas rodovias do Estado, nos últimos três anos, na forma que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda n° 1, que apresenta.

##### 2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivo, artístico ou cultural. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/6/95**

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da

Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 144/95, do Deputado José Bonifácio; 31/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 180/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 161/95, do Deputado Antônio Genaro; 187/95, do Deputado Marcelo Cecé; 202/95, do Deputado Raul Lima Neto; 225/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Convidados: Aparecida do Carmo Zovateiro, Antônio Claret Fernandes, Carlos José Lessada Cunha e Pe. Alec Víctor Marise Rauchet, representantes da Escola Família Agrícola de Minas, que discorrerão sobre a metodologia da alternância.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CO**

---